



PROJETO DE LEI 45/2022, DO LEGISLATIVO

Institui a obrigatoriedade da transmissão das audiências públicas do poder executivo de Tunápolis-SC e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei institui a obrigatoriedade da transmissão em tempo real, por meio digital — Internet, das Audiências Públicas do Poder Executivo de Tunápolis, como mecanismo de participação popular na gestão da Administração Pública.

Art. 2º A transmissão virtual poderá ser feita através do site oficial, ou página oficial do órgão promotor.

Art. 3º Fica desde já autorizado o poder executivo a utilizar as dependências e equipamentos de transmissão da Câmara de Vereadores para transmissão das audiências públicas.

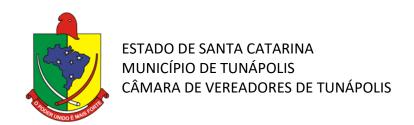
Art. 4º A despesas decorrente da execução da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Tunápolis, 22 de Setembro de 2022.

FERNANDO WEISS Vereador proponente

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Vereadora proponente





MENSAGEM № 08/2022

A audiência pública é considerada uma transição de modelos entre uma democracia representativa para uma democracia participativa. Na prática, esse mecanismo tem por finalidade, a promoção do diálogo entre os diversos atores sociais, de modo a engajá-los na busca por soluções aos problemas que afligem o cotidiano da sociedade.

Nesse contexto, no âmbito do Poder Executivo, a lei orgânica em seu Art. 147 estabelece que a audiência pública deva necessariamente ser realizada para a elaboração das peças orçamentárias.

Apesar da previsão legal, na prática, rara tem se tornado a participação da sociedade, tanto pela falta de divulgação quanto em razão dos horários de realização dessas audiências. A participação por meio virtual/digital, em tempo real, onde a amplitude e gama de participantes são exponencialmente maiores, da maior legitimidade ao processo de conhecimento, transparência e participação dos atores sociais envolvidos.

Isso posto, contamos com o apoio dos nobres pares nesta Casa do Povo, para aprovação deste importante projeto de lei, cuja relevância social se impõe face a conjuntura político econômica nacional e à garantia constitucional dos mecanismos de participação social na gestão pública.

Câmara de Vereadores de Tunápolis, 22 de Setembro de 2022.

FERNANDO WEISSVereador proponente

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERERVereadora proponente